

Miguel Ramalho

SK

B. Silva

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE
SANTA CATARINA DA SERRA E CHAINÇA



ACTA N° 3/2018

(Sessão Ordinária de 21 de Setembro de 2018)

ACTA N.º 3/2018

Aos vinte e um dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezoito, no Auditório da União das Freguesias, em Santa Catarina da Serra, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça.

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia: MIGUEL DA SILVA DOMINGOS, ANA CAROLINA SANTOS BATISTA, SANDY GONÇALVES, RUI FILIPE OLIVEIRA ALVES, RÚBEN MICAEL MARQUES FRAZÃO, RUDY FILIPE DA SILVA, ANTÓNIO MANUEL QUITÉRIA PINTO, LINO REIS DOMINGOS e FERNANDO RODRIGUES DOS REIS.

Por parte da Junta de Freguesia estiveram presentes o Sr. Presidente da Junta, JOSÉ ARTUR DAS NEVES FERREIRA, a Sra. Secretária, AMÉLIA DA CONCEIÇÃO SANTOS DAS NEVES, e o Sr. Tesoureiro, SÉRGIO RITO VIEIRA.

A sessão foi presidida pelo Sr. MIGUEL DA SILVA DOMINGOS, Presidente da Assembleia de Freguesia, e secretariada pela Sra. ANA CAROLINA SANTOS BATISTA, Primeira Secretária, e pela Sra. SANDY GONÇALVES, Segunda Secretária.

Por haver *quórum* e estar a Mesa da Assembleia devidamente constituída, foi pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia declarada aberta a sessão às 21h15, com a seguinte

Ordem do Dia:

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE JUNHO DE 2018;
2. RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DA FREGUESIA - *Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia iniciou a sessão saudando todos os presentes, nomeadamente o Executivo, na pessoa do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, as Primeira e Segunda Secretárias da Mesa da Assembleia de Freguesia, os restantes membros da Assembleia de Freguesia e o público que ali se encontrava, agradecendo a sua presença.

Em seguida, informou que estavam todos os membros da Assembleia de Freguesia presentes, à excepção da Sra. IVONE INÁCIO OLIVEIRA, que havia comunicado antecipadamente, por correio electrónico, a sua impossibilidade de estar presente naquela



sessão, tendo sido substituída pelo Sr. RUDY FILIPE DA SILVA, nos termos e para os efeitos dos artigos 6º e 8º, n.º 1 do Regimento da Assembleia de Freguesia.

Após o que, disponibilizou a Lista de Presenças para que fosse assinada por todos os presentes, sendo posteriormente junta à presente Acta, passando a fazer parte integrante da mesma.

Em seguida, deu os parabéns à iniciativa meritória do Sr. Eng. MANUEL GONÇALVES, com o projecto para a construção do parque infantil e de lazer em Santa Catarina da Serra, estendendo os parabéns a todas as pessoas que deram tudo por aquela causa, procurando conseguir angariar o maior número possível de votos para conseguir tornar aquele sonho em realidade. Apesar de somente na segunda-feira seguinte ser conhecido o resultado da votação, existiam boas possibilidades de eventualmente se conseguir atingir o objectivo. Desse modo, caso se viesse a concretizar, estariam todos de parabéns, sendo uma prova da força daquela freguesia e de que quando todos se unem com um objectivo comum para o bem de toda a colectividade, conseguiam aquilo a que se propunham. Daí ser um exemplo a repetir no futuro, com outros projectos, com o dobro da força, para assim conseguirem melhorar a vida de todos os cidadãos de Santa Catarina da Serra e Chainça.

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia questionou se algum dos membros da Assembleia de Freguesia desejava inscrever-se para tomar da palavra naquele período anterior à Ordem do Dia, acerca daquela ou de outras questões de interesse autárquico.

Após o que, deu a palavra ao Sr. FERNANDO RODRIGUES DOS REIS que, no seu uso, começou por cumprimentar todos os presentes, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, e em seguida dirigiu-se a todos os que dizem que não existia Oposição, dizendo ser verdade que a Oposição valia o que valia, mas que no momento certo a Oposição aparecia.

Em seguida, referiu não estar a gostar nada como as coisas funcionavam naquela Freguesia, pois andava tudo a favor do vento. Assim, não valia a pena mudar os contentores do lixo da Chainça para a Loureira, da Loureira para o Ulmeiro, porque as pessoas manifestavam-se e com razão. Já tinha tido oportunidade de pedir pessoalmente e encarecidamente ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia para terminar com aquele flagelo, mas parecia ter feito "ouvidos de mercador".

Passando a outro assunto, questionou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia para quando o arranjo da Rua do Serrado, no Vale Sumo, ou se ia aguardar que houvesse lá um acidente



para depois todos se lamentarem.

Após o que, disse que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia não se poderia queixar de falta de tempo, pois estava a tempo inteiro na Freguesia e era assalariado. E também não poderia dizer que não tinha dinheiro, porque quando se gastavam milhares de euros numa obra que já estava orçamentada, não era falta de dinheiro.

Além disso, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia também não poderia dizer que fazia e depois não fazia, porque depois as pessoas não acreditavam na sua palavra e isso era muito mau.

Referiu saber que a Câmara Municipal todos os anos enviava uma verba para a recuperação dos caminhos florestais. Sabia também ter sido feita uma pequena recuperação do caminho florestal do Casal da Fartaria, mas deixava muito a desejar o que lá tinha sido feito, pois as valetes estavam completamente cheias. Se viesse chuva, ficaria pior do que o que estava.

Ademais, o caminho que ia do Sobral para o Casal da Estortiga, apesar de ter tido oportunidade de falar directamente com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, o mesmo ficou esquecido.

Pedi também que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia esclarecesse aquela Assembleia de Freguesia quanto ao ponto de situação daquela grande obra em curso, onde os trabalhos naquele momento foram parados. Só porque alguém não se havia lembrado que nas vilas os cabos eléctricos tinham de ser subterrâneos e ao dar por isso viram que ainda faltava saneamento.

Sabia ainda que a Câmara Municipal de Leiria deliberou às Juntas de Freguesia as responsabilidades da protecção civil. Gostaria, então, que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia se pronunciasse sobre esse assunto, para no caso de existir um problema qualquer, sabermos de quem é a responsabilidade.

Solicitou também que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia esclarecesse aquela Assembleia de Freguesia acerca do que se havia passado num caminho pedonal nos Olivais, onde a Junta de Freguesia tinha feito alguma despesa e no dia seguinte o caminho estava lavrado. Era assim que se gastava o dinheiro dos contribuintes?

Para terminar, deu os parabéns ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia pela equipa completa e poderosa que tinha, mas no terreno não se notava a diferença.



Dirigiu-se ainda ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, agradecendo a intervenção, mas solicitando o envio do expediente com maior antecedência, a não ser que se tratasse de estratégia.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia tomou da palavra e, em defesa de honra, referiu que o expediente era enviado com a maior brevidade possível, mas embora algum fosse responsabilidade da Mesa da Assembleia de Freguesia como a Acta e outros pedidos que surgissem dirigidos à Mesa da Assembleia de Freguesia, os restantes materiais, neste caso o Relatório do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, só poderiam ser transmitidos aos membros da Assembleia de Freguesia quando a Mesa da Assembleia de Freguesia os recebesse e, portanto, se não os recebesse mais cedo, também não os poderia transmitir.

Contudo, agradeceu o comentário enquanto sugestão, tal como também já havido sido referido pelo Sr. ANTÓNIO MANUEL QUITÉRIA PINTO numa sessão anterior, tendo sido dito pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia que estavam a ser encetados esforços nesse sentido, devendo o mesmo ser extensível ao Executivo. No entanto, naquele caso concreto, tendo sido os materiais enviados com alguns dias de antecedência, e tratando-se apenas de uma Acta e do Relatório do Sr. Presidente da Junta de Freguesia com duas páginas, entendia não ter faltado tempo para a análise dos documentos em causa, por não serem documentos muito extensos e complexos.

Em seguida, passou a palavra ao Sr. ANTÓNIO MANUEL QUITÉRIA PINTO que, no seu uso, cumprimentou todos os presentes, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e entregou à Mesa da Assembleia de Freguesia um Requerimento, nos termos do artigo 24º, n.º 1, alínea f) do Regimento da Assembleia de Freguesia, propondo a votação da seguinte Recomendação:

“Com intuito de atrair uma maior participação e envolvimento dos Fregueses nas decisões e discussões nas Assembleias de Freguesia e, por conseguinte, uma maior relação de proximidade para com os membros desta Assembleia por eles eleitos, recomendo a descentralização das reuniões da Assembleia de Freguesia pelos variados lugares da Freguesia, sempre que existam condições para a sua realização.”

Após o que, em consonância com o estatuído no Regimento da Assembleia de Freguesia, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia colocou à votação a Recomendação proposta, tendo a mesma sido **aprovada por MAIORIA**, com cinco votos a favor, zero votos contra e quatro abstenções.

Finda a votação, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia tomou da palavra e, no seu



uso, disse que estando relacionado com o funcionamento da Assembleia de Freguesia e sendo função da Mesa da Assembleia de Freguesia determinar que esta funcione da melhor maneira possível, importava esclarecer que aquela questão já havia sido suscitada pela própria Mesa da Assembleia de Freguesia em diversos momentos, tendo sido ponderado em diversas ocasiões realizar algumas sessões da Assembleia de Freguesia no local da antiga sede da Junta de Freguesia da Chainça, tal como se fazia no mandato anterior. Porém, acabaram por chegar à conclusão que, quando iam lá, as pessoas que se encontravam presentes, eram as mesmas que estavam ali. Não era pelo facto de ser na Chainça que conseguiam atrair mais habitantes daquela localidade para estarem presentes. Além disso, as condições da sala não eram as melhores, quer em termos de acústica, quer em termos de mesas e cadeiras.

E como as coisas não resultavam lá, apesar de já haver a tradição de se realizar na Chainça pelo menos uma sessão da Assembleia de Freguesia por ano, acabaram por decidir não o continuar a fazer, até entendimento contrário, passando a realizar-se todas as sessões naquele Auditório, tendo em conta as boas condições do mesmo, como era o caso do microfone, que possibilitava que todos ouvissem com clareza aquilo que era dito, o que já não sucederia noutros locais da Freguesia.

No entanto, a iniciativa tinha o seu mérito e não seria pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia que não se iria tentar, razão pela qual havia votado a favor da Recomendação.

Disse também esperar que desse resultado, referindo, no entanto, que isso não retirava o dever de todos reflectirem mais profundamente nas causas que provocavam tanta abstenção e tanta ausência das sessões da Assembleia de Freguesia, devendo também tentar-se outras formas de trazer as pessoas lá.

Concluiu referindo que a Mesa da Assembleia de Freguesia ia tentar recolher informação relativamente aos locais onde fosse possível as sessões da Assembleia de Freguesia terem lugar, esgotando também aquela via para tentar chegar mais próximo das populações, para todos juntos conseguirem uma participação mais activa naquelas.

Seguidamente, devolveu a palavra ao Sr. ANTÓNIO MANUEL QUITÉRIA PINTO que, no seu uso, agradeceu as perspicazes intervenções do Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e entregou novo Requerimento à Mesa da Assembleia de Freguesia, solicitando, nos termos do artigo 37º, n.º 3 do Regimento da Assembleia de Freguesia, que a sua intervenção seguinte fosse transcrita na íntegra para a Acta, o que foi deferido:

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE
SANTA CATARINA DA SERRA E CHAINÇA



“Começo esta minha intervenção por reconhecer trabalho que este Executivo tem realizado nos diversos lugares da nossa Freguesia. Tive a oportunidade de percorrer alguns caminhos florestais, os quais estavam intransitáveis e agora já se circula e também é de constatar alguma obra feita.

Em bom rigor vos digo, que peço por pouco, como é normal. Mas dada a disponibilidade financeira da Freguesia, já considero trabalho feito e que este Executivo se encontra no bom caminho.

E partindo do pressuposto da vontade deste Executivo continuar com o trabalho, gostaria de realçar duas situações que urge resolver e com toda a certeza vão merecer a devida apreciação por parte do Executivo.

A primeira situação diz respeito ao lugar do Casal da Fartaria, um lugar da Freguesia que tem mais ou menos 27 habitantes. Um lugar que pertence à Freguesia de Santa Catarina da Serra e que ao longo dos anos tem sido esquecido. Um lugar que o único acesso à Freguesia é um caminho em terra batida com mais ou menos 2 kms e a alternativa a este caminho, será percorrer mais ou menos 8 kms, dando a volta por uma freguesia vizinha e assim chegar à nossa Freguesia.

Tenho escutado ao longo dos anos, pelo menos 20 anos, os diversos Executivos a prometerem o tão esperado asfalto ou algo parecido. Meus caros amigos, há que rever os critérios e as prioridades!

Como disse, no início da minha intervenção, reconheço algum bom trabalho que este Executivo tem levado a cabo. Requalificamos os caminhos florestais, ajudamos as associações, apoiamos ou estamos para apoiar o nosso clube de futebol, etc.. E muito bem! Friso, muito bem! Mas existe sempre um “mas”. Temos de uma vez por todas clarificar os nossos critérios e prioridades! Quais são as prioridades? Quais são os critérios?

Fomos eleitos pela maioria do Povo, para trabalhar com o Povo e para o Povo! Não fomos eleitos para alguns, não fomos eleitos por alguns, para trabalhar para alguns e, muito menos, só para alguns. A prioridade é o Povo da nossa Freguesia!

O Casal da Fartaria também faz parte da nossa Freguesia. Também pagam impostos, também precisam de estradas condignas, de saneamento, de mais e melhor luz, etc., etc., etc..

Também precisam de se deslocar ao Centro de Saúde, ao Banco, à Junta de Freguesia, à Igreja, etc., etc. e etc.. E para isso, terem de dar uma volta de mais de 8 kms, é triste. É muito triste. Temos de rever qual é o critério e quais são as prioridades!

É urgente que durante este mandato se faça o esforço suplementar da Junta de Freguesia, da Câmara Municipal, para que o acesso ao Casal da Fartaria seja requalificado, para que os habitantes se sintam parte integrante de Santa Catarina da Serra.



A segunda chamada de atenção diz respeito ao Vale Tacão, mais precisamente no Vale Madeiro, Campo de Futebol, e porque neste lugar foi prometido a limpeza do entulho por este Executivo. Sendo a Junta de Freguesia pessoa de bem, que cumpra com o prometido, ou então que se comprometa aqui, nesta Assembleia, de uma vez por todas, com a data para efectuar a limpeza desse lugar no Vale Tacão.

Em terceiro, e por último, um comentário à intervenção do Sr. VIRGÍLIO GORDO nesta Assembleia. Que o Sr. VIRGÍLIO não se entenda com o seu camarada de Partido, que ache que o membro eleito pelo Partido Socialista não intervenção nesta Assembleia, nada tenho a dizer, nem comento sequer.

Agora, que teça considerações sobre os restantes membros desta ilustre Assembleia, é que não posso aceitar. Que nos acuse de nada fazer para defender os interesses da Freguesia e, por conseguinte, do Povo, que nos elegeu com uma esmagadora maioria, remetendo o seu Partido, o PS, para votações de outros tempos, como deve estar lembrado, as afirmações que fez e que estão em Acta, são afirmações, no mínimo, desprovidas de verdade. Pois o Sr. VIRGÍLIO está desatento ou tem algum problema de audição, pois o caro Colega LINO REIS DOMINGOS não foi o único membro da Assembleia a intervir e defender os interesses da Freguesia, houve mais membros a fazê-lo.

Mas tive o cuidado de pesquisar o último mandato a que o Sr. VIRGÍLIO fez parte da Assembleia de Freguesia, o mandato 2001-2005, e acreditem, foi só esse que vi. E a estarem correctas as Actas, do então mandato realizaram-se 25 reuniões entre ordinárias e extraordinárias. E sabem quantas intervenções o Sr. VIRGÍLIO fez a defender os interesses da Freguesia, vigorosamente?

Foram duas vezes. Em 4 anos do mandato, uma em 2001 com um pedido de esclarecimento e outra em 2002 para entregar um abaixo-assinado a pedir o arranjo do acesso ao campo de futebol de São Guilherme. Por isso, não reconheço nenhuma moral para acusar estes membros da Assembleia de Freguesia, de nada fazermos em prol dos interesses da Freguesia. Tenho dito. Obrigado."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. RUDY FILIPE DA SILVA que, no seu uso, cumprimentou todos os presentes, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, referiu ser a segunda vez que participava naquela Assembleia de Freguesia e manifestou o seu contentamento e a sua disponibilidade para continuar a fazer parte daquela Assembleia.

Após o que, afirmou que iria expor dois pontos que, no seu entender, tinham a sua relevância.

Muito falavam nas Juntas de Freguesia, não apenas em Santa Catarina da Serra, mas a maior parte das Juntas de Freguesia, na necessidade de modernizar vias, limpar estradas, limpar caminhos, etc., mas gostaria que abordassem a Junta de Freguesia não só nesses aspectos, mas também nos aspectos económicos, de modernização industrial, etc..



Nesse sentido, embora não estivesse por dentro da matéria, relativamente à Escola da Loureira, junto à Associação e à Capela, calculava que a mesma fosse propriedade da Câmara Municipal, mas a Junta de Freguesia sempre teria um papel de fomentar, pressionar, estar próximo da Câmara Municipal e poder transmitir algumas ideias de futuras utilizações para aquela área. Já tinha ouvido dizer que aquela escola seria vendida, mas como não sabia, perguntou.

No entanto, tendo em conta a sua proximidade a Fátima, pelos seus acessos, entendia que aquela escola deveria ser vista com outro fim, por exemplo, uma incubadora de empresas, uma sala de escritórios, algo que pudesse apoiar os jovens e os empresários daquela Freguesia. O espaço existia e era grande, podendo ser utilizado parcialmente para esse fim ou outro do género.

Assim, solicitou esclarecimentos acerca do ponto de situação, pretendendo saber se existia algum projecto para a escola.

Além disso, suscitou a questão do acesso de ciclistas a Fátima, pois morava na Loureira e, por causa do passeio que havia sido feito recentemente, das bombas de combustível da Repsol até à Capela, principalmente, verificou que os ciclistas passaram a ter de circular na estrada principal, o que era nefasto, especialmente ao domingo, onde o número de bicicletas era bastante elevado.

Deste modo, tendo ouvido dizer que estavam a ser projectadas alterações àquela via até Fátima, sugeriu ao Executivo a criação de uma ciclovia, onde as bicicletas pudessem circular, sem meterem em causa a segurança dos ciclistas e dos próprios condutores.

Por fim, felicitou e agradeceu o trabalho feito em relação ao Orçamento Participativo, principalmente no final, quando havia sido feito um *forcing* ao deslocarem-se junto da população em geral para se obterem mais votos. Tinha sido bom e independentemente do resultado, que só iria ser conhecido na segunda-feira seguinte, a Junta de Freguesia havia demonstrado união e interesse nesse sentido.

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia agradeceu a intervenção do Sr. RUDY FILIPE DA SILVA, referindo tratar-se de uma participação meritória e um exemplo para todos.

Após o que, passou a palavra ao Sr. LINO REIS DOMINGOS que, no seu uso, deu as boas noites a todo o Auditório e congratulou o Executivo e o Sr. Eng. MANUEL GONÇALVES pela



estratégia em torno da requalificação do espaço público da Rua do Jardim, enquadrado no Orçamento Participativo.

Realçou então quatro aspectos muito importantes: o projecto, que era de facto interessante e capaz de dar àquela zona a requalificação necessária; o financiamento através do Orçamento Participativo, era de uma inteligência notável, pois poderia libertar valores para outros projectos da Freguesia; o empenho colocado na votação, agradecendo a todos os cidadãos que haviam votado e, em especial, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia JOSÉ ARTUR FERREIRA e ao Sr. Eng. MANUEL GONÇALVES, a excepcional dedicação de ambos na angariação de votos. Se viesse a ser o projecto mais votado, dever-se-ia em particular a eles, a vitória.

Mencionou também que quando aceitou o convite do Sr. Presidente da Junta de Freguesia para integrar a sua equipa, havia feito referência que a construção de área verde da Rua do Jardim deveria ser uma prioridade e, graças ao trabalho dele, essa expectativa estava mais próxima de ser cumprida, podendo tornar-se um benefício para todos os fregueses.

Foi então dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia para, querendo, dar resposta aos assuntos suscitados, bem como para outros assuntos gerais de interesse autárquico que entendesse por relevantes antes da Ordem do Dia.

No seu uso, cumprimentou a Mesa da Assembleia de Freguesia, os restantes membros da Assembleia de Freguesia e o público presente e, em seguida, disse que, relativamente à obra de Santa Catarina da Serra à Quinta do Salgueiro, naquele momento encontrava-se suspensa devido a dois factores.

O primeiro relacionado com a intenção de enterrar os cabos da electricidade e do telefone numa distância de alguns metros e, portanto, a EDP haveria de fazer um projecto para realizar aqueles trabalhos. A questão surgiu porque existia um compromisso entre o Município e a EDP, em investimentos na rede. O que estava para ser feito não era sequer para ser ali, mas sim na cidade de Leiria. Porém, existindo aquele compromisso e não sendo possível realizar na cidade de Leiria, tendo em conta que aquela estrada e da Bajouca estavam em obras, dos 300.000,00 € (trezentos mil euros) que iriam ser investidos, seria metade para cada uma das mencionadas estradas. Assim sendo, a obra iria parar, apenas ficando concluída até à zona do Jardim das Oliveiras, prevendo-se o asfalto para logo que os postes fossem retirados, e depois a marcação com tinta e a sinalização.

O segundo factor prendia-se com o saneamento que não existia, desde o Jardim das Oliveiras



até à porta do Sr. Eng. MANUEL GONÇAVES.

Quanto à Protecção Civil, a Câmara Municipal de Leiria não havia delegado nas Juntas de Freguesia, mas estava a fazer com estas um acordo, para que estas cooperassem numa coisa chamada "Aldeia Segura", prevendo-se o recrutamento de algumas pessoas para fazerem parte desse projecto, como sendo Embaixadores da Protecção Civil na Freguesia.

No que tocava ao caminho dos Olivais, existiam algumas dúvidas quanto ao facto de ser caminho público ou caminho privado, mas afinal aquilo, após consulta com alguns Advogados, haviam chegado à conclusão de que se tratava de um atravessadouro e, então, dado que a sua utilidade estava a ser cada vez menor, não se justificava a Junta de Freguesia defender esse caminho. No entanto, apesar de somente lá passarem uma ou duas pessoas mais idosas, foi colocada "tout-venant" na parte nascente do caminho, não sido igualmente colocada na parte poente, porque um senhor dessa parte o impediu. Portanto, a "tout-venant" que lá havia sido colocada não estava perdida, pois servia outros proprietários confinantes com esse atravessadouro ou caminho, nomeadamente o Sr. BARROQUEIRA, de um lado, do outro, um outro senhor que desconhecia o nome, e no início estavam lá outros dois senhores.

Quanto à questão do Casal da Fartaria, tinha de fazer o planeamento para colocar lá o alcatroamento em 2019, fosse via Câmara Municipal ou Junta de Freguesia.

No que respeitava a limpeza do Campo de Futebol do Vale Tacão, confessava que se tinha esquecido, pois estava também a efectuar outras obras naquela localidade e no resto da Freguesia, mas ficava registado e logo que possível enviaria lá alguém para proceder à limpeza.

Quanto à Ex-Escola Básica 1 da Loureira ou Escola Primária da Loureira, a escola era da Câmara Municipal e, portanto, contra a Câmara Municipal pouco ou nada havia a fazer.

A Câmara Municipal já havia ponderado colocar aquela escola à venda, como já havia sucedido com outras. Caso a Junta de Freguesia pretendesse comprá-la, a Câmara Municipal depois devolveria metade do dinheiro. A Câmara Municipal não podia dar a escola à Junta de Freguesia, pois tal seria uma ilegalidade.

A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA LOUREIRA havia envidado muitos esforços no sentido de conseguir ficar com aquele imóvel, tendo existido muitas reuniões, mas que de pouco ou nada tinham valido.

Assim, o que havia a fazer era a Junta de Freguesia tentar abordar este assunto com o Sr.



Presidente da Câmara Municipal, pois se a Junta de Freguesia conseguisse comprar por metade do preço, depois já poderia via Junta de Freguesia e com aquela Associação, estudar para ali um projecto.

No que tocava à Estrada Municipal 357 da Quinta da Sardinha a Fátima, a Câmara Municipal de Leiria tinha mandado fazer um projecto a uns senhores de Viseu para requalificar aquela via, alargando-a e fazendo um ajardinamento com postes de iluminação. Seria uma estrada com o perfil da Estrada de Minde, com uma via generosa para os peregrinos e uma carreira de árvores de cada lado. Porém, quando o Sr. Presidente da Câmara Municipal olhou para o projecto e verificou que teria um custo de 2.000.000,00 €, colocou-o na gaveta, por não ser primeira prioridade aquela estrada, tendo em conta que havia sido intervencionada um ano ou dois antes, aquando da visita do Papa.

Pelo que, o Sr. Presidente da Câmara Municipal havia zelado pelo projecto da estrada de Santa Catarina da Serra à Quinta do Salgueiro, em detrimento daquela, encontrando-se naquele momento em execução, graças à intervenção da Junta de Freguesia.

Quanto ao Orçamento Participativo, estava em crer que haviam feito um bom trabalho, sendo de louvar e dar os parabéns ao autor do projecto, o Sr. Eng. MANUEL GONÇALVES. Ele havia falado com a Junta de Freguesia logo que surgiu a ideia, tendo esta apadrinhado a proposta desde a primeira hora e feito o máximo que podia, desde a "roulotte" ligada à carrinha, às idas durante o dia às empresas, à noite aos cafés e bares, aos fins-de-semana às festas religiosas, assim como idas à Feira da Loureira e de porta em porta a casa dos amigos, etc.. Além disso, tinham também recebido os votos em papel no edifício da Junta de Freguesia e em mais um ou outro lugar, ascendendo só estes votos a 1.106 (mil, cento e seis). Ora, só os votos em papel eram mais do que os votos totais em papel, "sms" e via Internet no site da Câmara Municipal, da proposta de Santa Eufémia e Boavista que havia ficado em primeiro lugar no ano anterior, com 997 votos. Assim, à partida só os votos em papel deveriam ser suficientes para ganhar, a não ser que naquele ano apresentassem 2.000 ou 3.000 votos. Mas, em todo caso, não importava que eles ganhassem, porque se ficassem em segundo ou terceiro lugar seriam contemplados na mesma. Até poderia ser o quarto ou quinto, se as três propostas mais votadas tivessem um valor reduzido, até esgotar a verba de 458.000,00 € (quatrocentos e cinquenta e oito mil euros). Contudo, os resultados oficiais só seriam conhecidos na segunda-feira seguinte, de acordo com o Regulamento do Orçamento Participativo.

O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia deu então por terminado o período anterior à Ordem do Dia, salientando ter sido um pouco mais extenso do que o normal, mas que isso era um bom sinal, sinal de que muito havia para dizer e que existia vontade em participar activamente.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE JUNHO DE 2018

O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia iniciou a Ordem do Dia da sessão, questionando os membros da Assembleia de Freguesia se, tendo em conta que a Acta havia sido enviada a todos por correio electrónico, se desejavam a leitura da mesma ou se dela prescindiam. Não tendo havido objecções, foi prescindida a leitura da Acta.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia colocou à apreciação da Assembleia de Freguesia a Acta da sessão ordinária de vinte e nove de Junho de dois mil e dezoito.

Foi então dada a palavra ao Sr. ANTÓNIO MANUEL QUITÉRIA PINTO que, no seu uso, emitiu uma declaração de voto, dizendo que, por não ter estado presente na sessão anterior, iria abster-se.

Não tendo havido mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia colocou à votação a Acta número dois de dois mil e dezoito, que foi **aprovada por MAIORIA**, com **oito votos a favor, zero votos contra e uma abstenção**.

2. RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA SOBRE A ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DA FREGUESIA

O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia passou então ao Segundo Ponto da Ordem do Dia, dando a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia iniciou a sua intervenção dizendo que iria apenas referir alguns pontos mais significativos, porque nem toda a gente tinha tido acesso ao seu

relatório.

Tinham colocado uma vedação em rede junto ao aterro da Loureira, no espaço da feira, com o objectivo de eliminar os lixos que lá se iam amontoando e tinha sido retirado o contentor de monstros daquele local, tendo em conta os abusos que se verificavam.

Tinha também sido aberto um novo arruamento na Loureira, com início na Rua Nova da Fazarga e fim na Rua das Cerejeiras, tendo os proprietários cedidos os terrenos e pago a máquina e a Junta de Freguesia dado para lá *"tout-venant"*.

Além disso, tinha sido também alargado um outro caminho antigo, no seguimento da Rua das Portelinhas até à Rua Nova da Indústria, na Loureira, com a colocação de *"tout-venant"* na plataforma da via.

Alteração do traçado de um arruamento junto à Rua da Portela, na Loureira, pois a rua fazia uma espécie de "S" e agora já ia a direito, o que garantia maior visibilidade ao trânsito naquele local.

Destacou também o alargamento da Rua do Lavadouro, no Vale Tacão, com a construção dos muros, faltando ainda o arranjo da plataforma da via.

Colocação de *"tout-venant"* devidamente regada e compactada no troço da Rua do Serrado Jogo, no Vale Sumo, visto que estava intransitável devido às águas pluviais.

Beneficiaram ainda caminhos florestais na zona da confluência do Vale das Carvalhas com o Vale das Floreiras, ao fundo do Casal da Fonte da Pedra, procedendo-se à limpeza do rio.

Limpeza das bermas e valetas de todas as ruas e espaços da freguesia, recorrendo-se ao trabalho de roçadora e de capinadeira.

Salientou também o acompanhamento da empreitada da Câmara Municipal naquela Freguesia relativa à Estrada 593, de Santa Catarina da Serra à Quinta do Salgueiro, nomeadamente no contacto com os proprietários, onde a Junta de Freguesia estava a ter um papel notável.

Execução de trabalhos que não estavam previstos naquela empreitada, por parte da Junta de Freguesia, seja por erro ou omissão do projecto, onde nem o empreiteiro, nem a Câmara Municipal, querem assumir, tendo a Junta de Freguesia assumido até ao momento a construção de três muros na Donairia e um muro em Santa Catarina da Serra, mesmo antes da curva, antes de chegar à igreja. Eram muros que não estavam previstos no projecto e, portanto, o empreiteiro não era obrigado a fazê-los. Como a Câmara Municipal não queria



gastar mais dinheiro, acaba por sobrar para a Junta de Freguesia.

Referiu também a substituição de coberturas na Fonte do Tojal, na Fonte do Ulmeiro e Fonte do Vale Tação, com um investimento de cerca de 11.000,00 € (onze mil euros);

A atribuição de um apoio financeiro à UNIÃO DESPORTIVA DA SERRA, com vista à mudança do relvado, sendo uma promessa que já vinha de trás.

A colocação de novos baloiços no Jardim de Infância da Loureira, tendo em conta que os existentes estavam em muito mau estado e não compensava o seu arranjo e a substituição da areia da caixa.

Mencionou também a substituição de vidros que se encontravam partidos na Escola da Chainça e a continuação, por mais um ano, da colaboração com a ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA LOUREIRA no apoio financeiro para a realização da actividade física na componente de apoio à família, nos vários Jardins de Infância da Freguesia, sendo qua a Junta de Freguesia não era obrigada a fazê-lo, devendo os pais reconhecer que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia *“era um gajo porreiro”*.

Relativamente à situação financeira, referiu que de 1 de Janeiro até 31 de Agosto daquele ano, tinham recebido cerca de 216.000,00 € (duzentos e dezasseis mil euros) e pago cerca de 213.000,00 € (duzentos e treze mil euros), o que dava uma diferença de aproximadamente 3.000,00 € (três mil euros).

Quanto ao saldo dos Bancos, à data de 14 de Setembro, quando o Relatório foi feito, estava em saldo a quantia arredondada de 66.000,00 € (sessenta e seis mil euros).

Após o que, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia colocou à apreciação da Assembleia de Freguesia o Relatório do Sr. Presidente da Junta de Freguesia sobre a actividade e situação financeira da Freguesia, tendo o mesmo questionado qual o valor efectivamente entregue de apoio à UNIÃO DESPORTIVA DA SERRA.

Em seguida, deu a palavra ao Sr. LINO REIS DOMINGOS que, no seu uso, começou por sugerir à Mesa da Assembleia e ao Executivo que todos os Pontos, desde os mais simples, até aos mais elaborados, deviam ser projectados, para que o tivesse conhecimento, pois existindo ali aquela tecnologia, fazia sentido usá-la.

Após o que, solicitou um maior aprofundamento do Pontos que haviam sido abordados, nomeadamente a requalificação da Estrada 593, faltando saber prazos, se existia algum compromisso por parte das entidades e o que é que as pessoas poderiam esperar, porque era confrangedor para os condutores e peões, se a situação demorasse a ser regularizada, pois

iriam ter a sua segurança e mobilidade comprometidas.

Quanto ao montante cedido à UNIÃO DESPORTIVA DA SERRA, pediu esclarecimento sobre a natureza, o montante e a fundamentação daquele apoio.

Sobre a actividade, estava satisfeito com a limpeza empreendida na Freguesia nos tempos anteriores, pela solução de alguns problemas ambientais, como por exemplo na Feira da Loureira, assunto que havia sido valorosamente alertado pelo Sr. VIRGÍLIO GORDO e que a Junta de Freguesia havia corrigido e colocado placas a apelar ao civismo naquele local, o que era francamente importante e que possibilitava uma correcção dos problemas. No entanto, restava pedir para continuarem a zelar por aquele local, porque com a feira era sempre alvo de lixo e de outros problemas.

De facto, a resolução daquele aspecto estava nas suas preocupações, assim como outros problemas ambientais, nomeadamente os problemas nos ecopontos e nas áreas circundantes. Na sua avaliação no terreno tinha identificado 14 (quatorze) conjuntos de ecopontos, distribuídos da seguinte forma: três na Loureira, dois na Chainça, dois em Santa Catarina da Serra, um na Pinheiria, um no Cercal, um nos Olivais, um no Sobral, um no Vale Tacão, um na Quinta da Sardinha e um na Magueigia.

Poderia o Executivo estar a preparar algumas correcções junto deles, pois no Relatório refere efectivamente estar atento a essas situações que causavam dano ao ambiente, mas pedia uma especial ponderação sobre as seguintes situações:

- Os ecopontos da Chainça, próximos ao cruzamento para o Campo de Tiro estavam mal localizados e pouco acessíveis, pois a colocação de lixo transportado nas viaturas dos utilizadores, podia obrigar a que a viatura ficasse em posição perigosa na estrada;
- Os ecopontos de Santa Catarina da Serra, na Rua do Jardim, apresentavam os mesmos problemas referidos anteriormente, existindo também muito lixo na área circundante que tinha de ser removido;
- Os ecopontos de Santa Catarina da Serra, na Rua Padre António Ferreira, próximos ao cemitério, estavam sistematicamente cheios e com lixo colocado no exterior, amontoados de resíduos, sendo muitos não recicláveis como louças e monos, espalhados pelos terrenos contíguos, estando esses terrenos contaminados de plásticos. A situação era de longa data, o que tornava aquela zona imunda, poluída e com mau cheiro, sendo necessário organizar essa zona, talvez vedando-a, e colocar avisos a apelar ao civismo, como havia sido feito na Feira da Loureira.



Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Sr. FERNANDO RODRIGUES DOS REIS que, no seu uso, salientou o apoio dado à UNIÃO DESPORTIVA DA SERRA, concordando com o mesmo, mas referindo que as outras Associações não deveriam ser esquecidas, não só aquelas que abriam ao domingo à tarde para jogar à sueca, mas também aquelas que deixavam na Junta de Freguesia milhares de euros todos os anos.

Após o que, foi dada a palavra ao Sr. ANTÓNIO MANUEL QUITÉRIA PINTO que, no seu uso, disse querer chamar a atenção para dois pontos: quanto a execução de trabalhos não previstos na empreitada da Câmara Municipal, dado que nem o empreiteiro, nem a Câmara Municipal queriam assumir, quanto é que isso iria acarretar para a Junta de Freguesia; e em relação ao apoio dado à UNIÃO DESPORTIVA DA SERRA, se já foi dado ou estava para ser dado, qual o seu montante e a sua fundamentação.

Terminou dizendo que *“o Zé Artur é um gajo porreiro, mas o Presidente da Junta não faz mais do que a obrigação dele”*.

Seguidamente, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia para, querendo, exercer o contraditório acerca das questões suscitadas e este, no seu uso, começou por referir que o prazo para conclusão daquela empreitada era 31 de Agosto de 2018, ou seja, tinha começado no dia 1 de Março e era para ser feita em seis meses. Assim, já havia terminado o prazo.

Todas as obras tinham atrasos, mas não sabia qual era a justificação, apesar de o atraso já ser de 21 (vinte e um) dias naquele momento. Mas como havia sempre penalizações para estes casos, a Câmara Municipal e a JJR é que tinham de se entender.

Quanto ao dinheiro que a Junta de Freguesia já tinha gasto com os trabalhos não previstos na empreitada, tendo em conta os muros já construídos, seriam cerca de 10.000,00 € (dez mil euros), mas o pior é que ainda existiam mais trabalhos que a Junta de Freguesia teria de assumir, podendo aquele valor subir até aos 20.000,00 € (vinte mil euros).

O certo é que o dinheiro da obra estava a terminar e havia fachadas que não seriam feitas, como era o caso da fachada da curva, recusando-se a JJR a fazê-lo, alegando já ter feito outros trabalhos que não deveria ter feito, consumindo assim o montante destinado àquela.

Ainda assim, estavam a ponderar pelo menos fazer uma fachada a seguir à casa do Sr. Eng. MANUEL GONÇALVES, mas já estavam a dizer que alguns dos trabalhos teria de ser a Junta de Freguesia a fazê-los, como seja uma senhora ter um gradeamento que já não desse para aproveitar, sendo necessário um novo.

Quanto à UNIÃO DESPORTIVA DA SERRA, foi dado um apoio de 5.000,00 € (cinco mil euros),

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE
SANTA CATARINA DA SERRA E CHAINÇA



valor que já se encontrava prometido desde o ano anterior, para quando se iniciasse o arrelvamento do campo, o que já foi concluído. Ficava, no entanto, em aberto a possibilidade de outro apoio no futuro, quando a UNIÃO DESPORTIVA DA SERRA realizasse algum novo investimento.

Relativamente às outras Associações, as mesmas não eram esquecidas, referindo ter sido aquele Executivo quem mais dinheiro lhes deu, apontando como exemplo os 5.000,00 € (cinco mil euros) para a mudança do telhado na ASSOCIAÇÃO DA CHAINÇA e dizendo que também estavam a ser ponderados apoios ao RANCHO FOLCLÓRICO e à ASSOCIAÇÃO DOS CAÇADORES, pois os caçadores vigiavam a floresta, conheciam a palmo os cantos da Freguesia e colaboravam para os cofres da Junta de Freguesia com alguns milhares de euros das licenças dos cães. Antigamente, quando eles pagavam à Câmara Municipal, esta dava 250,00 € (duzentos e cinquenta euros) por ano à ASSOCIAÇÃO DOS CAÇADORES. Porém, desde que o pagamento tinha mudado para a Junta de Freguesia, cerca de dez anos antes, nem o Sr. LINO PEREIRA, nem o Sr. JOAQUIM PINHEIRO, tinham dado nada, tendo de ser aquele Executivo a dar os 250,00 € (duzentos e cinquenta euros) por ano.

No que tocava à vedação feita na Feira da Loureira, a mesma também havia custado 5.000,00€ (cinco mil euros), pois tinha levado 400 (quatrocentos) metros de paus, rede, grampos e arame farpado.

Quanto aos ecopontos, a localização não era exclusiva da Junta de Freguesia, podendo esta apenas dar sugestões, vindo depois os Técnicos avaliar o local, o trajecto do camião e o afastamento de uns para os outros. Já havia sugerido a colocação de ecopontos nalguns locais ou a mudança deles, mas pouco ou nada tinha valido o seu pedido, como tinha sucedido nos Olivais, junto à escola, onde os Técnicos recusaram por já existir um junto aos semáforos.

Em relação ao facto de estarem sempre cheios, isso devia-se ao facto de não estarem a fazer a recolha como deveriam fazer, em virtude de estarem com falta de motoristas e problemas graves de gestão, tanto a SUMA, como a VALORLIS. Estavam com falta de pessoal e quando faziam a recolha, levavam apenas o que estava no contentor e deixavam o que estava no chão, pois afirmavam ser motoristas e não “apanha-lixo”.

Toda esta situação levava a que acabasse por sobrar para a Junta de Freguesia, tendo de ser esta a mandar lá um funcionário para apanhar o papel e coloca-lo dentro dos contentores e a contratar uma retroescavadora, como havia sucedido naquela semana com o Sr. PAQUITO para ir ao Ulmeiro, para meter o lixo dentro do contentor. Portanto, era assim o dia-a-dia da Junta de Freguesia, sempre a gastar dinheiro. Apesar de dizerem que a Junta de Freguesia

poderia fazer mais, esta fazia o que podia.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia tomou da palavra para referir duas notas rápidas:

A primeira relativa à sugestão de projecção dos Pontos, que havia sido feita na intervenção do Sr. LINO REIS DOMINGOS, disse tratar-se de uma ideia meritória, mas iria embater contra a Recomendação aprovada no início da sessão, pois aquele local estava munido de tecnologia, mas os outros provavelmente não estariam, sendo mais uma razão pela qual se faziam ali as sessões da Assembleia de Freguesia. Ainda para mais, em Dezembro iriam ter a questão das contas e aprovação do Orçamento para 2019, sendo um bem essencial aquele projector para que as pessoas pudessem acompanhar. Assim, era duvidoso que fazer essa sessão noutra local que não estivesse devidamente munido, desconhecendo se os outros locais teriam aquele tipo de equipamentos, o que iria ser averiguado.

Uma segunda nota, relativamente à empreitada da JJR, apenas para referir que não deixava de lhe causar espanto aquele funcionamento das coisas. Como é que se orçamentava e aprovava um projecto, decidia-se realizar o projecto e depois fazia-se metade do projecto e o dinheiro era gasto na mesma. Não era entendido em empreitadas, mas como cidadão não deixava de lhe causar muita confusão.

Quanto aos prazos, era algo igualmente incompreensível, porque em 15 de Agosto os funcionários da JJR iniciaram um período de 15 (quinze) dias de férias, embora fossem os últimos 15 (quinze) dias para o prazo de conclusão da obra e a mesma ainda se encontrasse a meio. Ficou indignado com a ligeireza com que aquele tipo de empresas abordavam as obras públicas e a construção civil em geral. Existiam prazos, mas esses prazos não valiam nada, assim como os orçamentos e os projectos de nada valiam. Eles iam fazendo a obra a seu belo prazer e depois logo se veria.

Após o que, tendo pedido a palavra, foi a mesma dada ao Sr. ANTÓNIO MANUEL QUITÉRIA PINTO que, no seu uso, esclareceu que a Recomendação por si apresentada teve somente o intuito de tentar, de alguma forma, atrair mais pessoas às sessões da Assembleia de Freguesia. Duvidava que se fosse feita no Vale Tacão ou na ASSOCIAÇÃO DA LOUREIRA, não estivessem mais pessoas do que aquelas que ali estavam.

Por não existir nesses locais um projector, não estava a dizer que tinha de ser lá a sessão de aprovação do Orçamento. No entanto, aquela sessão em concreto poderia muito bem ter sido feita na Loureira, no Vale Sumo, na Magueigia, no Ulmeiro ou no Vale Tacão, não tendo

obrigatoriamente de ser na Chainça ou em Santa Catarina da Serra.

Aquela sua Recomendação tinha sido apenas naquele sentido, porque depois eram criticados pelos Fregueses que os tinham elegido e que não queriam saber deles para nada, tendo votado apenas porque tinham de votar.

Salientou que, tal como se congratulou de naquele ano ter visto pessoas daquela craveira ali naquela Assembleia de Freguesia e na Mesa da Assembleia, nomeadamente, gostaria imenso, de igual forma, ver as sessões da Assembleia de Freguesia cheias, com pessoas a questionar a razão de ser das coisas, porque o Sr. Presidente da Junta de Freguesia estava ali presente para dar voz para aquilo para que tinha sido eleito, como todos os membros da Assembleia de Freguesia.

Contudo, mencionou que a Recomendação em causa poderia sempre ser revogada posteriormente, caso não funcionasse ou não existissem condições nos locais. Mas se se partisse do pressuposto de que não funcionava, apenas porque já havia sido feito na Chainça, não fazia sentido, pois a Freguesia tinha outros lugares que seguramente, se for lá efectuada, na Magueigia, no Ulmeiro ou no Vale Tacão, com certeza lá estariam mais pessoas, porque eventualmente ele próprio iria de porta em porta pedir às pessoas para irem à Assembleia de Freguesia.

Após o que, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia tomou da palavra e, no seu uso, agradeceu o esclarecimento prestado pelo Sr. ANTÓNIO MANUEL QUITÉRIA PINTO relativamente à Recomendação apresentada e que seria tida em conta e afirmou que partilhava o desejo de ver a sala cheia, estando todos a trabalhar nesse sentido e que seria tentada aquela via e feito todos os esforços para o efeito. Havendo essa possibilidade de porta em porta e boca a boca, com certeza que era positivo e assim seria feito.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia deu por concluída a Ordem do Dia, passando de imediato ao período normalmente dedicado às intervenções do público, no período após da Ordem do Dia, perguntando quem do público presente pretendia intervir.

Foi então dada a palavra ao Sr. DAVID PEREIRA NEVES que, no seu uso, referiu ter feito uma intervenção no início do ano em que havia pedido para serem colocados “rails” de protecção em duas curvas nas estradas que ligavam Siróis ao Vale Tacão e Sobral ao Vale Tacão. Questionou se o Sr. Presidente da Junta de Freguesia tinha dado andamento ao seu pedido,

porque já tinham existido acidentes na estrada Quinta da Sardinha-Siróis-Vale Tacão desde a sua intervenção e os carros iam para a ribanceira. Era uma forma de evitar essa situação. Já da outra vez tinha frisado ter lá existido um grave acidente e a pessoa envolvida continuava em estado grave e, provavelmente, irrecuperável. Era bom que se conseguisse que aquelas situações se minimizassem.

Tinha falado também na estrada florestal de Vale Tacão-Barroquinha, questionando se estava a ser feita lá alguma intervenção. Não deveria ser esquecida aquela situação, porque aquela estrada era necessária para protecção da floresta, pois havia muita floresta naquela zona, principalmente pinhal e eucaliptal. Gostaria de saber se o pedido que havia formulado na sua intervenção do princípio do ano ainda estava na consciência do Executivo.

Questionou ainda à Mesa da Assembleia de Freguesia, uma vez que as Actas não eram lidas, se as intervenções dos cidadãos comuns ficavam relatadas em Acta, tendo o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia respondido de imediato que sim, podendo consultá-las na Junta de Freguesia, onde estavam todas disponíveis.

Por fim, quanto ao facto da sessão da Assembleia de Freguesia estar pouco concorrida, por ser muito assíduo e estar presente em quase todas as sessões da Assembleia de Freguesia, julgava que, em comparação com os anteriores, nas sessões da Assembleia de Freguesia com este Executivo havia realmente menos gente. Mas, tendo em conta a reacção das pessoas, achava que havia menos gente, porque as pessoas viam serviço feito. Era o que se apercebia no dia-a-dia com as outras pessoas. Quando as pessoas estavam insatisfeitas, elas apareciam e reclamavam, como havia sucedido em diversas ocasiões com o Sr. LINO PEREIRA e com o Sr. JOAQUIM PINHEIRO. Na sua opinião, as pessoas não iam às sessões da Assembleia de Freguesia, porque tinham confiança naquele Executivo e no trabalho que ele estava a desenvolver.

Seguidamente, deu a palavra ao Sr. JOSÉ MARCELINO BAPTISTA que, no seu uso, começou por cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia e as respectivas equipas, bem como o público em geral e disse estar e não estar de acordo com o que o Sr. DAVID PEREIRA NEVES havia dito.

Achava que era triste estar no público da sessão da Assembleia de Freguesia apenas 5 (cinco) elementos, havendo de facto desinteresse das pessoas, mesmo apesar do trabalho feito, o qual parabenizava. Havia vários pontos que deveriam ser analisados e apresentados, mas as pessoas estavam-se “nas tintas” e preferiam ir para o café reclamar, em vez de irem ali à Assembleia de Freguesia manifestar-se, o que lamentava. Tinham todos de trabalhar no

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE
SANTA CATARINA DA SERRA E CHAINÇA



sentido de atrair as pessoas às sessões da Assembleia de Freguesia, pois ele fazia questões de acompanhar o membro do seu Partido que havia sido eleito no Souto da Carpalhosa e lá a sala estava sempre cheia de público. Ficava muito surpreendido como é que as pessoas eram tão participativas na Assembleia de Freguesia do Souto da Carpalhosa e naquela era o que se via, sendo realmente triste.

Quanto à Estrada 357 Quinta da Sardinha-Fátima, foi dito ter sido apresentado um projecto e que custava 2.000.000,00 € (dois milhões de euros), mas pensava que aquela soma pertenceria à EP ESTRADAS DE PORTUGAL, S.A. e não à Câmara Municipal de Leiria. Nesse momento, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia interveio, informando que aquela estrada era camarária, pois havia mudado. Não obstante, o Sr. JOSÉ MARCELINO BAPTISTA defendeu que o Sr. Presidente da Câmara Municipal não deveria deixar o projecto no fundo da gaveta, mas antes trazê-lo para cima, pois desde que havia sido aberto o IC9, o espaço Quinta da Sardinha-Pedrome não se notava muita diferença, mas daí para cima, sim.

Assim sendo, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia deveria fazer o favor de, junto do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Leiria, intervir no sentido de este tirar o projecto da gaveta e trazê-lo para cima, para seguir em frente, pois eram muito complicado para as pessoas irem do Pedrome até Fátima. Já para não falar dos passeios, que não haviam sido bem trabalhados, mas como já estavam feitos, só dava para remediar.

Após o que, questionou se tinha sido arquivado o projecto que tinha muitas árvores pelo caminho e transferido para a estrada da Quinta do Salgueiro-Santa Catarina da Serra, onde é que tinham ficado essas árvores, pois faziam mais falta nesta estrada para fazer sombra aos peregrinos. Além disso, defendeu que também deveriam ser colocados bancos ao longo do trajecto, porque as pessoas vinham cansadas e desde os Olivais para cima não via qualquer sítio onde pudessem repousar.

Quanto ao projecto da estrada, referiu ter sido feito um contrato com a empresa para fazer a obra, onde deveriam ter sido acauteladas todas as coisas, não tendo a Junta de Freguesia de estar a investir no projecto. Ou o projecto tinha sido mal executado, ou não tinha sido bem estudado, ou estavam a fugir às responsabilidades. A Junta de Freguesia deveria canalizar o dinheiro para outras situações, pois aquelas deveriam ser da responsabilidade da empresa a quem tinha sido adjudicada a obra.

Em relação ao trajecto do Casal da Fartaria, referiu que aquela situação já se arrastava há vários anos, sendo uma tristeza para as famílias que ali habitavam e que poderiam ser muitas mais, se houvesse condições para isso. As pessoas não iam morar para lá, porque

sabiam que teriam de passar pelo meio do pó, embora naquele momento já estivesse um bocadinho melhor. Assim, pediu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia que no ano seguinte resolvesse aquele problema, o que muito iria alegrar os habitantes daquela localidade, pois também faziam parte daquela Freguesia e deveriam ser acarinhados, não tendo nada que passar pela Gondemaria para ir para Ourém, ou pelo Cercal para ir para Santa Catarina da Serra, o que era de lamentar.

Por fim, disse concordar com a deslocação das sessões da Assembleia de Freguesia para outros lugares da Freguesia, à imagem do que também sucede com a Assembleia Municipal.

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia questionou os restantes membros da Assembleia de Freguesia se alguém pretendia usar da palavra para se pronunciar acerca das questões suscitadas, não tendo havido pedidos de intervenção.

Nesse seguimento, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia para se pronunciar acerca das considerações feitas, tendo este, no seu uso, esclareceu que algumas estradas nacionais tinham vindo a ser desclassificadas, ou seja, o Estado estava a entregar às Câmaras Municipais algumas estradas que eram nacionais e passavam a ser municipais e, assim, o Estado “livrava-se” dessas estradas e as Câmaras Municipais conseguiam mais algum dinheiro para a sua manutenção. Portanto, a Estrada Nacional 357 era naquele momento da Câmara Municipal.

O projecto que a Câmara Municipal tinha mandado fazer em Viseu, já era desde a rotunda do IC9 até Fátima e, portanto, já tinha em conta o excesso de trânsito.

Quanto à questão dos bancos na obra em curso, onde o passeio tivesse mais de 2 m (dois metros), pois algumas zonas ficaram com 2,5 m (dois metros e cinquenta centímetros) ou 3 m (três metros), talvez fosse possível colocar lá alguns bancos. Porém, sobrava novamente para a Junta de Freguesia que teria de pagar.

No que respeita à situação das árvores, não era possível trazê-las do outro projecto para aquele, pois o outro previa árvores e aquele não, sendo projectos diferentes. O outro projecto era de 2.000.000,00 € (dois milhões de euros) e aquele era de 1.000.000,00 € (um milhão de euros), embora o empreiteiro tivesse ganho a obra por menos, pois quem ganhava a obra, era quem desse o menor preço. Tinha assumido a obra por cerca de 780.000,00 € (setecentos e oitenta mil euros), mais IVA, o que perfazia cerca de 912.000,00 € (novecentos e doze mil euros). Portanto, o projecto não contemplava árvores e, por isso, para serem colocadas árvores, teria de ser a Junta de Freguesia a pagar.



Por exemplo, o muro grande na Quinta do Salgueiro não estava no projecto, mas a Senhora do Canadá, que é dona da quinta juntamente com o marido que é o Sr. VIRGÍLIO, disse que só davam a faixa de terreno que fosse necessária, se fizessem o muro. Ora, não estando previsto no projecto, ficava a estrada por alargar. No entanto, a JJR acabou por fazer o muro, mas depois na parte de cima, alguns muros mais pequenos teria de ser a Junta de Freguesia a pagar. Só ali tinham sido gastos cerca de 7.000,00 € (sete mil euros).

Além disso, mais acima, havia um muro previsto em blocos, mas que teve de ser feito em betão, junto à ASSOCIAÇÃO DA GORDARIA. Essa alteração teve um acréscimo de 14.000,00 € (quatorze mil euros) ou 15.000,00 € (quinze mil euros) que teria de ser a Junta de Freguesia a assumir. No entanto, a JJR acabou por fazer o muro na mesma, em comunhão com a Câmara Municipal e depois logo se veria. Se não houvesse flexibilidade em obra, tanto aquele muro, como outros trabalhos, não seriam feitos, ficando a obra metade por fazer.

Seguidamente, por ter sido solicitada, foi dada a palavra ao Sr. ANTÓNIO MANUEL QUITÉRIA PINTO que, no seu uso, reflectindo na intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, questionou se não existia um projecto inicial pago pela Junta de Freguesia a uns Engenheiros, que projectaram e que receberam dinheiro, mas que fizeram uns muros que não podiam ser em blocos, mas depois tinham de ser em betão, que não viram uns muros, que afinal seria preciso fazer... Era assim que se fazia?

Poderia estar a dizer uma grande barbaridade, mas quando se fazia um projecto de uma casa, por exemplo, as pessoas iam ter com um Engenheiro ou um Desenhador e ele dizia de que forma o projecto deveria ser realizado. Não era igual?

Questionou se quando se fez o projecto, quando se olhou para a estrada, não se pensou aquilo. Fez-se, recebeu-se o dinheiro e "adeus, até amanhã"? Ninguém assumia a responsabilidade pelo facto do muros não dever ser em blocos, mas sim em betão? Teriam os Engenheiros estudado em escolas diferentes?

Assim era fácil. Fazia-se um projecto, vendia-se esse projecto, recebia-se o dinheiro e "lavavam-se as mãos". Não podia ser assim.

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia para se pronunciar acerca daquela intervenção, tendo, no seu uso, dito que quando tinha sido feito o projecto, tinha sido transmitido por parte da Câmara Municipal que havia pouco dinheiro para gastar, pois só havia 500.000,00 € (quinhentos mil euros) para Santa Catarina da Serra.

Depois, foi feito o primeiro projecto que disparava para 1.500.000,00 € (um milhão e quinhentos mil euros), mas a Câmara Municipal rejeitou de imediato, dizendo logo que era muito dinheiro, não podendo exceder os 800.000,00 € (oitocentos mil euros).

A Junta de Freguesia fez então alguns cortes em passeios e muros no projecto, tornando-o mais económico, e conseguiu reduzir para 1.020.00 € (um milhão e vinte mil euros). Onde não havia muros, não se fizeram, mas agora os donos sentiam-se no direito de pedir muros em troca da terra. Além disso, alguns muros tinham balaustres, mas como agora não se fabricavam, a solução passaria por fazer o muro mais alto. Porém, alguns proprietários não aceitaram, exigindo a colocação de um gradeamento.

Contudo, a Câmara Municipal e a JJR não pagavam gradeamentos e, por isso, tinha de ser a Junta de Freguesia a pagar.

Apesar de existir na Câmara Municipal de Leiria um Sr. Vereador que era de Santa Catarina da Serra, ele nem sequer prestava para “puxar” para a sua terra, antes pelo contrário.

Porém, se fosse naquele momento, teriam deixado ficar o projecto em 1.500.000,00 € (um milhão e quinhentos mil euros), pois a Câmara Municipal ia acabar por assumir e lançar a obra na mesma.

Seguidamente, por o ter solicitado, foi dada a palavra ao Sr. JOSÉ MARCELINO BAPTISTA que, no seu uso, acerca da intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, referiu que todos sabiam perfeitamente que a Junta de Freguesia não era da cor política que estava na Câmara Municipal e isso dizia tudo. O Sr. Presidente da Câmara Municipal pelo menos para Milagres e Bajouca, antes das eleições, tinha oferecido para lá para cima de 1.000.000,00 € (um milhão de euros), não se sabendo ao certo para quê, enquanto para uma obra daquela natureza estava a contar tostões.

Por isso, pediu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia que pressionasse o Sr. Presidente da Câmara Municipal porque ele era Presidente da Câmara Municipal daquele concelho e tinha responsabilidades e os cidadãos tinham a obrigação de exigir não ser atirados para segundo plano, apenas por não serem da cor política dele.

Não tendo havido mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia propôs à Assembleia de Freguesia que a Acta daquela sessão fosse aprovada em minuta para produzir os seus efeitos legais de imediato, sendo a sua versão definitiva submetida a aprovação numa próxima sessão, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.



Após breve discussão, a proposta foi apresentada à votação, tendo a mesma sido **aprovada por UNANIMIDADE**, com **nove votos a favor, zero votos contra e zero abstenções**.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

Por nada mais haver a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia deu por terminados os trabalhos, parabenizando os restantes membros da Assembleia de Freguesia pelas brilhantes intervenções que tiveram naquela sessão, muito participativos, com ideias construtivas, tendo sido um grande exercício da democracia e da cidadania. Ainda bem que tornavam o trabalho da Mesa da Assembleia de Freguesia mais difícil na elaboração da Acta, por ser mais extensa e com mais conteúdo, mas também era assim que dava gosto e fazia valer a pena estar ali até mais tarde.

Mencionou também que a sessão seguinte seria agendada para uma sexta-feira do mês de Dezembro de 2018, em data a designar, naquele mesmo Auditório, sendo os respectivos Editais de aviso afixados nos locais de estilo, com a antecedência legal.

Por fim, agradeceu a presença de todos e desejou uma óptima noite, um bom descanso e um excelente fim-de-semana e declarou encerrada a sessão ordinária pelas 23h10, da qual, para constar e para os devidos efeitos legais, se lavrou a presente Acta.

Aprovada em minuta na sessão ordinária de 21 de Setembro de 2018.

O Presidente da Assembleia de Freguesia:

Miguel Domingos

A Primeira Secretária:

Ana Carolina Santos Bahia

A Segunda Secretária:

Sandy Gonçalves



APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia de Freguesia, na sessão ordinária de 21 de Dezembro de 2018, deliberou, por UNANIMIDADE, com nove votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a Acta.

O Presidente da Assembleia de Freguesia: Miguel Domingos

A Primeira Secretária: Ana Carolina Santos Batista

A Segunda Secretária: Sandra Gonçalves